

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
GRADUAÇÃO EM TURISMO

**ACESSIBILIDADE NO TURISMO DE NATUREZA: Um olhar multidimensional  
sobre o Parque Estadual do Ibitipoca, Lima Duarte/MG.**

Lucianita Meireles de Oliveira Maciel<sup>1</sup>

JUIZ DE FORA  
2025

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Turismo.

Aluna: Lucianita Meireles de Oliveira Maciel e-mail: [lucianita.maciел@hotmail.com](mailto:lucianita.maciел@hotmail.com) Orientador:  
Prof. Edwaldo Sérgio dos Anjos Junior e Coorientador(a): Prof. Luciana Bittencourt Villela

## RESUMO

O turismo acessível tem ganhado relevância por seu papel na promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades. No contexto das Unidades de Conservação (UCs), como o Parque Estadual do Ibitipoca, garantir acessibilidade amplia a democratização do contato com a natureza e reforça os princípios de sustentabilidade. O acesso de pessoas com deficiência a áreas protegidas representa um desafio importante para a gestão pública e privada. Para além da inclusão de pessoas com deficiência, a perspectiva do desenho universal considera também idosos, crianças e pessoas com mobilidade reduzida, permitindo que a experiência turística seja plena para todos. Com base no referencial das seis dimensões da acessibilidade propostas por Sasaki (2009) e em outros estudos bibliográficos, esta pesquisa analisou o Parque Estadual do Ibitipoca, localizado em Lima Duarte/MG, como estudo de caso. A investigação qualitativa, com uso de entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental, identificou barreiras físicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais que limitam a plena inclusão de visitantes. Embora haja iniciativas pontuais, como sinalizações básicas e materiais informativos, ainda são necessários investimentos em infraestrutura adaptada, tecnologias assistivas e capacitação de profissionais. A ausência de trilhas acessíveis e a falta de dados sobre o público com deficiência reforçam a necessidade de um planejamento mais inclusivo. Em comparação com outras unidades de conservação, como os Parques Nacionais do Iguaçu e da Tijuca, que adotaram boas práticas de acessibilidade, o Parque Estadual do Ibitipoca demonstra um potencial significativo de melhoria. A valorização da acessibilidade pode não apenas ampliar o público visitante, mas também fortalecer o compromisso com os direitos humanos, a equidade social e a conservação ambiental.

**Palavras-chaves:** Ibitipoca; acessibilidade; turismo inclusivo; unidade de conservação.

## ABSTRACT

Accessible tourism has gained relevance for its role in promoting social inclusion and equal opportunities. In the context of Protected Areas, such as the Ibitipoca State Park, ensuring accessibility enhances the democratization of contact with nature and reinforces the principles of sustainability. Access for people with disabilities to protected areas represents an important challenge for both public and private management. Beyond the inclusion of people with disabilities, the perspective of universal design also considers older adults, children, and people with reduced mobility, allowing the tourist experience to be fully enjoyed by all. Based on the framework of the six dimensions of accessibility proposed by Sasaki (2009) and other bibliographic studies, this research analyzed Ibitipoca State Park, located in Lima Duarte/MG, as a case study. The qualitative investigation, using semi-structured interviews, participant observation, and document analysis, identified physical, communicational, informational, and attitudinal barriers that limit the full inclusion of visitors. Although there are isolated initiatives, such as basic signage and informational materials, further investments in adapted infrastructure, assistive technologies, and staff training are still necessary. The absence of accessible trails and the lack of data on visitors with disabilities reinforce the need for more inclusive planning. In comparison with other protected areas, such as Iguaçu National Park and Tijuca National Park, which have adopted good accessibility practices, Ibitipoca State Park demonstrates significant potential for improvement. Valuing accessibility can not only broaden the visitor base but also strengthen the commitment to human rights, social equity, and environmental conservation.

**Keywords:** Ibitipoca; accessibility; inclusive tourism; protected area.

## 1. Introdução

O turismo é uma atividade que busca oferecer oportunidades de descanso, lazer e interação social por meio do deslocamento. No entanto, a falta de acessibilidade impede que muitas pessoas participem dessa prática, pois a ausência de uma infraestrutura adequada dificulta o acesso e a inclusão nos espaços turísticos (Soares; Sánchez Fernández, 2018). Nesse contexto, surge a necessidade de planejar o turismo baseado nas normas de acessibilidade, levando em conta as particularidades de cada pessoa, para oferecer um turismo mais acessível e inclusivo. Dados atestam que, no Brasil, cerca de 18,6 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade têm alguma deficiência, segundo o módulo “Pessoas com Deficiência”, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE, levada a efeito em 2022.

Apesar de os dados mostrarem que há um número significativo de pessoas com deficiência, o turismo acessível ainda é um tema pouco explorado. Segundo Soares e Sánchez-Fernández (2018), há uma falta de estudos nessa área, assim como em outras diretamente relacionadas a esse tema. Essa ausência de pesquisas se configura como um fator limitante, uma vez que a escassez desses trabalhos dificulta não apenas avanços na área do turismo, mas também podem fomentar certa invisibilização dos sujeitos na agenda de pesquisa da área.

A acessibilidade tem se tornado um aspecto fundamental no âmbito do turismo sustentável nos últimos anos, especialmente em áreas naturais protegidas, como as unidades de conservação (UC's). Estas áreas desempenham um papel fundamental na preservação da biodiversidade e na promoção do ecoturismo, proporcionando experiências únicas para visitantes de todo o mundo. No entanto, a questão da acessibilidade continua a ser um desafio significativo, limitando o acesso e a participação de pessoas com mobilidade reduzida (Piccolo, 2022), idosos e outras comunidades marginalizadas.

Nesse contexto, é fundamental destacar também o papel do Desenho Universal como estratégia para a construção de ambientes turísticos inclusivos. O conceito, originado nos estudos de Ronald Mace na década de 1980, propõe o desenvolvimento de produtos, serviços e espaços que possam ser utilizados pelo maior número possível de pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas (Mace, 1998). No turismo, isso significa pensar a acessibilidade não apenas como adaptação voltada a pessoas com deficiência, mas como um princípio de planejamento que beneficia a coletividade e facilita a mobilidade de idosos, gestantes, famílias com crianças pequenas e visitantes temporariamente lesionados.

Sob essa perspectiva, o turismo acessível e inclusivo deve ser entendido como parte de um processo de democratização do lazer e da mobilidade social, alinhado a valores de equidade e cidadania. A implementação do Desenho Universal em Unidades de Conservação, como o Parque Estadual do Ibitipoca, amplia a experiência do visitante ao reduzir obstáculos e promover interações mais seguras e confortáveis para diferentes perfis etários e sociais. Como destaca Sasaki (2009), a acessibilidade deve ser multidimensional e corresponsável, ou seja, planejada para contemplar tanto pessoas com deficiência quanto outros grupos com necessidades específicas. Essa abordagem amplia

a relevância do debate, pois contribui para um turismo verdadeiramente sustentável, que une conservação ambiental, inclusão social e qualidade da experiência turística.

É nesse ponto que se torna necessário observar de maneira crítica o Parque Estadual do Ibitipoca (MG), criado em 1973 e reconhecido por sua importância ecológica, cultural e turística. Embora seja um dos parques mais visitados de Minas Gerais, sua infraestrutura ainda apresenta desafios significativos de acessibilidade, que comprometem o direito universal de visitação. A análise do caso de Ibitipoca, portanto, permite compreender como a inclusão e a acessibilidade se articulam (ou não) nas práticas de gestão em Unidades de Conservação. A escolha do Parque Estadual do Ibitipoca como objeto de estudo justifica-se por diferentes fatores: sua representatividade no cenário do ecoturismo brasileiro, o elevado fluxo de visitantes que o posiciona entre os parques mais demandados do estado, e o fato de ter sido incluído em processos recentes de concessão à iniciativa privada, que prometem melhorias em infraestrutura e serviços, mas ainda carecem de avaliações críticas quanto à inclusão. Além disso, analisar esse parque permite compreender como práticas de acessibilidade se materializam ou se limitam, em Unidades de Conservação de grande relevância, oferecendo subsídios para políticas públicas e para a gestão turística em outras áreas protegidas.

Esta pesquisa visa discutir a presença das seis dimensões da acessibilidade junto ao Parque Estadual do Ibitipoca, localizado em Lima Duarte, MG, a saber: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Como objetivos específicos, espera-se debater a noção de acessibilidade e sua relação com o turismo, bem como problematizar o turismo acessível em unidades de conservação. Ao compreender melhor essas dinâmicas, podemos não apenas melhorar a experiência dos visitantes, mas também promover um turismo mais inclusivo e sustentável, alinhado aos princípios de conservação ambiental e equidade social. É neste contexto que se insere o presente estudo, através da necessidade de verificar e analisar se o tema da acessibilidade no turismo tem sido objeto de estudo, por meio da interdisciplinaridade.

A estrutura do trabalho, para além desta introdução, contém cinco seções. Na primeira parte, debater-se-á a questão da deficiência e da pessoa com deficiência, para, em seguida, problematizar a noção de acessibilidade de uma perspectiva multidimensional. Posteriormente, discute-se a questão do turismo acessível. Na quarta seção, o trabalho problematiza os desafios específicos enfrentados pela implementação de práticas inclusivas em unidades de conservação, destacando as barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais que afetam a participação de grupos vulneráveis. Este aspecto é crucial para entender como as políticas e práticas atuais podem ser adaptadas para promover uma maior inclusão e acesso equitativo a esses espaços naturais. Por fim, as considerações finais consolidam as descobertas e sugerem direções futuras para a pesquisa e prática, visando avançar no desenvolvimento de estratégias mais eficazes e integradoras para o turismo acessível em unidades de conservação.

## **2. A Pessoa com Deficiência: breves notas**

A acessibilidade é um pilar essencial para a inclusão social, pois assegura que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas, possam participar ativamente da vida social, econômica, cultural e política. Sem a acessibilidade, muitas pessoas com deficiência são

excluídas de espaços públicos, educacionais, de trabalho e lazer, o que reforça as desigualdades sociais. A questão da acessibilidade envolve um campo de reflexões que transcende o entendimento simplista de que a deficiência é uma característica da pessoa.

Todavia, é preciso situar, na esteira do debate sobre acessibilidade, a questão da pessoa com deficiência. Até porque, muitas vezes, é a sociedade que impõe barreiras que limitam o pleno exercício da cidadania das pessoas com deficiência.

Logo, cabe perguntar: a pessoa com deficiência pode ser entendida como alguém que, ao apresentar uma lesão permanente ou carregar consigo alguma singularidade em seu corpo, ser tida como alguém com baixa capacidade ou baixa eficiência?

A resposta, segundo o modelo social de deficiência, é que “não”. Isso porque essa perspectiva trouxe consigo uma revisão dos parâmetros em torno dos quais se define a pessoa com deficiência. Crítica ao modelo biomédico, predominante ao longo da história, que associava a deficiência ao não cumprimento de dados padrões corporais, o modelo social deslocou a noção de deficiência ao compreender que um sujeito que possui singularidades ou padrões corporais distintos não é, necessariamente, uma pessoa com deficiência.

Isso porque, no modelo médico, entendia-se a pessoa com deficiência como alguém que possui uma limitação física, sensorial, intelectual ou mental resultante de uma condição clínica, patológica ou genética, verifica-se a correlação da deficiência como um problema individual que precisa ser diagnosticado, tratado ou reabilitado. A ênfase estaria na “correção” ou compensação da “falha” corporal ou funcional, sendo o objetivo principal a recuperação ou adaptação do indivíduo aos padrões considerados “normais” pela Medicina (Piccolo, 2022).

Nesse sentido, a deficiência pode ser vista mais como um reflexo das condições impostas pela sociedade do que uma limitação intrínseca ao indivíduo. “Percebe-se, tanto nas interações sociais como nas políticas sociais, o presente domínio de uma visão individual e trágica da deficiência” (Oliver, 1990, p. 3).

O modelo social é uma abordagem que surgiu no Reino Unido na década de 1960 e transformou os modelos tradicionais de compreensão da deficiência. Ele desloca a origem da desigualdade vivenciada pelas pessoas com deficiência do indivíduo para a sociedade, responsabilizando-a por criar barreiras e limitações (Oliver, 1990, p. 5). Os primeiros teóricos do modelo social posicionavam-se contra todas as explicações que individualizam a deficiência. Para eles, a deficiência não deveria ser vista como um problema do indivíduo ou uma experiência exclusivamente pessoal, mas sim como resultado de estruturas sociais que não consideram adequadamente a diversidade.

Essa perspectiva é central para os debates contemporâneos sobre inclusão, acessibilidade e direitos humanos. Historicamente, a deficiência foi tratada como um problema individual, algo a ser resolvido pela intervenção médica ou terapêutica, pois o indivíduo era o centro de um “problema”. Esse modelo centrado basicamente no viés médico, predominante até meados do século XX, atribuía a responsabilidade pela adaptação ou superação da deficiência nas mãos da própria pessoa com deficiência (Oliver e Barnes, 2012, p. 28), isentando, de certo, modo, as demais estruturas da

sociedade, que, quando contatadas a contribuir com essas pessoas, adotava um viés assistencialista, vide remuneração, ou clínico, resultando em tratamentos, muitas vezes em internatos (Piccolo, 2022). No entanto, a partir das últimas décadas, o conceito de deficiência foi repensado dentro de um modelo social, que desvia o foco da pessoa para as condições estruturais que limitam sua participação na sociedade. Ou seja, se a sociedade e suas estruturas não são capazes de garantir os direitos e pleno acesso das pessoas com lesões e singularidades, ela, de certo modo, pode ser considerada como deficiente, e não mais a pessoa.

Para sustentar essa perspectiva, Piccolo (2022) rememora como, ao longo de séculos, diversos povos e estruturas sociais, diante de pessoas com características físicas distintas, edificaram soluções inserindo esses sujeitos, não os caracterizando como “excepcionais”. Logo, mediante essa recuperação histórica, o autor defende que, diferentemente do que o senso comum apregoa acerca da inexistência de tecnologias assistivas, projetos e estruturas capazes de contemplar sujeitos distintos, há um contínuo de inclusão ao longo da história, e que é desconhecido. Portanto, diferentes sociedades e povos não conheciam a noção de pessoas com deficiência, pois a tônica era a inclusão de todos, com as suas singularidades, reforçando a perspectiva de que a pessoa com deficiência deve ser vista também dentro de um bojo simbólico que vincula dados valores e ideias aos sujeitos.

Outra premissa defendida pelo Modelo Social da Deficiência é a participação ativa desses sujeitos em fóruns de discussão, instâncias de participação e definição de políticas públicas, ou seja, ao invés de serem apenas “beneficiários” de agendas, de produtos e serviços, de oferta, eles passariam a construí-las junto às organizações, sendo voz ativa no processo de desenvolvimento de iniciativas que visam também a eles próprios (Piccolo, 2022).

Ainda que o Modelo Social de Deficiência tenha sido importante, sobretudo diante de sua defesa por uma não culpabilização do indivíduo por sua condição, bem como por demandar maior voz ativa nos processos decisórios, hoje tem sido comum nos estudos sobre a pessoa com deficiência a adoção do modelo biopsicossocial, abordagem multidisciplinar que compreende as dimensões biológica, psicológica e social de um indivíduo, considerando a pessoa com deficiência não apenas mediante lesões permanentes ou especificidades corporais, mas também interessada no contexto de vida dessa pessoa.

Até porque o modelo biopsicossocial buscou integrar os aspectos do modelo médico e do modelo social, oferecendo uma visão mais abrangente da deficiência. De acordo com essa abordagem, a deficiência resulta da interação entre as condições de saúde de uma pessoa (como uma doença ou lesão) e os fatores contextuais, que incluem tanto barreiras ambientais quanto fatores pessoais. Esse modelo é adotado pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), da Organização Mundial da Saúde, reconhecendo que a experiência da deficiência é única para cada indivíduo. (Piccolo, 2022).

Já a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio da norma NBR 9050 (2004), define acessibilidade como a possibilidade e a condição de alcançar, perceber e compreender a utilização de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos de maneira segura e autônoma. A mesma norma define "acessível" como o espaço, edificação, mobiliário, equipamento

urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivido por qualquer pessoa, incluindo aquelas com mobilidade reduzida. Nesse sentido, Sasaki (2009) escreve sobre as dimensões da acessibilidade, a saber: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas).

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 5º, garante a igualdade de direitos, e em artigos subsequentes reforça a importância da proteção das pessoas com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 2015) representa um marco na luta pela acessibilidade, estabelecendo uma série de normas que visam garantir que as pessoas com deficiência possam participar plenamente da vida social. Ela estabelece diretrizes sobre educação inclusiva, trabalho, saúde, transporte, e, especialmente, acessibilidade no espaço urbano e digital. Entretanto, embora as leis avancem, a implementação efetiva das mesmas ainda é um desafio. É fundamental compreender que a deficiência não é um atributo da pessoa, mas um fenômeno social que resulta da falta de acessibilidade e da exclusão. A construção de uma sociedade acessível não se resume à eliminação de barreiras físicas, mas envolve uma reconfiguração profunda das atitudes sociais, políticas públicas, e da própria concepção de cidadania.

Neste contexto, o caminho para uma sociedade mais justa e igualitária passa pela transformação dos espaços, das relações e das mentalidades, inclusive no âmbito do Turismo, favorecendo contextos em que a deficiência não seja vista como um estigma, mas como uma das muitas (e diferentes) formas de estar no mundo, distintas representações da diversidade humana. No fundo, uma das tantas formas de inacabamento do ser, em contínuo processo de ressignificação de si e da realidade. Além disso, quando se trata do turismo de natureza, é importante refletir sobre como determinadas práticas podem gerar barreiras adicionais. Em algumas unidades de conservação, por exemplo, ainda se observa a utilização de veículos automotores em trilhas, prática que gera polêmica por impactar a experiência do visitante, comprometer a conservação ambiental e, muitas vezes, desconsiderar critérios de acessibilidade. A discussão sobre esse tipo de intervenção revela como a gestão das áreas protegidas precisa equilibrar interesses de uso público, preservação e inclusão, evitando que soluções tecnológicas ou logísticas reforcem exclusões.

O debate em torno da acessibilidade revela a transição de um enfoque centrado no modelo biomédico para perspectivas sociais e multidimensionais, nas quais as barreiras são compreendidas como construções sociais que limitam a participação plena. Essa mudança de paradigma é essencial para ampliar a concepção de acessibilidade no turismo, superando a visão restrita às pessoas com deficiência e incluindo também idosos, crianças e demais grupos com necessidades específicas. Dessa forma, estabelece-se o fundamento para aprofundar, no capítulo seguinte, a análise da acessibilidade a partir de um olhar multidimensional, particularmente em sua aplicação ao turismo em unidades de conservação.

### 3. A acessibilidade sob um olhar multidimensional

Sasaki (2004) defende que o conceito de acessibilidade deve ser incorporado aos conteúdos programáticos ou curriculares de todos os cursos formais e não-formais existentes no Brasil. Para ele, a acessibilidade não mais se restringe ao espaço físico ou à dimensão arquitetônica, por muito tempo compreendida como o único pilar pela qual a acessibilidade se edificaria. Ele divide o conceito de acessibilidade em seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, mostrando que todas essas dimensões são importantes. Sasaki (2009) destaca que todas as dimensões da acessibilidade são interdependentes, de modo que a ausência de uma delas compromete a efetividade das demais, logo, um prisma multivetorial ou multidimensional. Feitas essas considerações, é importante pormenorizar brevemente cada uma das dimensões.

A dimensão arquitetônica da acessibilidade é concernente à acessibilidade física, dimensão mais tradicional e conhecida da acessibilidade. Ela se refere à eliminação de barreiras arquitetônicas que dificultam ou impossibilitam o acesso de pessoas com deficiência a espaços físicos. Isso inclui rampas, elevadores, portas largas, banheiros adaptados, pisos táteis, sinalizações e a adaptação de mobiliários, como mesas e cadeiras, para garantir que pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirantes possam transitar de forma autônoma. Diferentemente, do que se imagina, a acessibilidade arquitetônica não seria apenas reativa, isto é, visa eliminar obstáculos. Ela envolve o design universal, que busca criar soluções que atendam não apenas as pessoas com deficiência, mas a sociedade como um todo, incluindo idosos, gestantes e outras pessoas com necessidades temporárias. Assim como Sasaki (2009), é possível considerar que a acessibilidade física é a base para outras dimensões, pois, sem um espaço acessível, outras formas de acesso se tornam restritas.

Tida nesta pesquisa, como uma das dimensões mais estratégicas, a dimensão atitudinal é relativa à disposição das pessoas em aceitar e tratar as diferenças com respeito e dignidade. Nesse sentido, a educação e a conscientização social são essenciais para mudar atitudes preconceituosas, estigmatizantes e discriminatórias em relação às pessoas com deficiência. A ausência de preconceito e a promoção de atitudes inclusivas podem facilitar a interação social e o pleno exercício de direitos por parte dessas pessoas. Por exemplo, a acessibilidade atitudinal envolve o comportamento de um funcionário de uma organização turística em um atendimento público, que deve ser receptivo e saber como interagir com uma pessoa surda ou com deficiência intelectual, sem preconceitos ou atitudes paternalistas. Segundo Sasaki (2009), a acessibilidade atitudinal refere-se às posturas e comportamentos que contribuem para a inclusão, o respeito e a valorização da diversidade, sendo fundamental nas interações cotidianas entre os cidadãos.

Já a dimensão comunicacional, é relativa ao ensejo por permitir que, independentemente de suas limitações sensoriais, todas as pessoas possam se comunicar adequadamente. Isso abrange a tradução e adaptação de informações em formatos acessíveis, como a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), braille, legendas, audiodescrição e recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva, visual ou cognitiva. Este tipo de acessibilidade é fundamental para garantir que as informações e os conteúdos produzidos na sociedade cheguem a todos. Isso inclui desde materiais informativos, até o uso de tecnologias assistivas, como aplicativos de leitura de telas, que permitem

que pessoas com deficiência visual naveguem na internet. A acessibilidade comunicacional também abrange a comunicação em espaços públicos, como cinemas, teatros, museus e escolas, unidades de conservação, vias urbanas, possibilitando que todos os cidadãos possam usufruir igualmente dessas experiências culturais e educacionais (Brasil, 2004).

Nesse ínterim, destaca-se a dimensão metodológica, em que a acessibilidade metodológica se refere à criação de estratégias e abordagens de ensino, pesquisa ou produção de conteúdo que garantem a participação plena e igualitária de todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou outras necessidades especiais. Sendo assim, é notável que para o turismo em unidades de conservação a dimensão metodológica promove uma experiência inclusiva.

A acessibilidade instrumental refere-se à utilização de recursos, ferramentas e tecnologias específicas para permitir que indivíduos com deficiências ou necessidades especiais acessem informações, atividades e ambientes de forma igualitária. Ela foca na oferta de instrumentos (físicos, digitais ou tecnológicos) que facilitem a interação de pessoas com diferentes capacidades, garantindo a participação plena e ativa delas em diversos contextos, como educação, trabalho e lazer. Esses instrumentos podem ser tanto tecnológicos quanto adaptativos e têm como objetivo remover barreiras que possam impedir a comunicação, aprendizagem ou a realização de tarefas. A acessibilidade instrumental envolve, portanto, a disponibilização de dispositivos e ferramentas que tornam o processo mais acessível e inclusivo para todos. Quando relacionada ao turismo, ela é essencial para que pessoas com diferentes tipos de deficiência possam usufruir de experiências turísticas de forma plena. Pensando nas unidades de conservação, por exemplo, disponibilizar mapas táteis, áudios, guias, aplicativos de acessibilidade, cadeiras adaptadas para trilhas, entre outros, torna o espaço seguro e independente, além de remover barreiras práticas e ampliar o acesso ao lazer.

Por fim, salienta-se a dimensão programática, que se refere à adaptação de processos, metodologias e estruturas de sistemas, programas e políticas para garantir que pessoas com diferentes tipos de deficiências possam acessá-los, compreendê-los e interagir de maneira plena e igualitária. Ela se concentra em como as ações, regras e conteúdos são planejados, estruturados e oferecidos, com o objetivo de permitir a participação efetiva de todos, independentemente das suas condições ou limitações. Enquanto a acessibilidade instrumental foca nos dispositivos e ferramentas específicas, e a acessibilidade metodológica aborda as abordagens pedagógicas ou operacionais, a acessibilidade programática está relacionada à construção de programas, sistemas e políticas que sejam inclusivos desde o princípio. Nesse contexto, pensando no turismo, a dimensão programática ajuda com a elaboração de políticas públicas, planos de gestão, roteiros turísticos e ações institucionais que incorporem, desde sua concepção, os princípios da inclusão da equidade. Ou seja, garante que editais, planos de manejo e ofertas de serviços turísticos contemplem critérios de acessibilidade. No Brasil, alguns parques já adotam práticas que demonstram a possibilidade de conciliar conservação e inclusão:

- Parque Nacional do Itatiaia (RJ/MG): pioneiro no país, possui áreas de visitação adaptadas com

rampas, passarelas e trilhas curtas acessíveis, além de informações em braille e placas interpretativas;

- Parque Nacional da Serra da Canastra (MG): investiu na instalação de sinalização acessível e em projetos de trilhas adaptadas, permitindo a circulação de cadeiras de trilha e facilitando o acesso a atrativos naturais;
- Parque Nacional do Iguaçu (PR): referência internacional, conta com transporte interno adaptado, trilhas pavimentadas, banheiros acessíveis, audioguias e materiais em braille, promovendo inclusão mesmo em um ambiente de grande fluxo turístico;
- Parque Nacional da Tijuca (RJ): implantou trilhas sensoriais e sinalizações inclusivas, oferecendo experiências adaptadas a diferentes públicos.

Esses exemplos revelam que, mesmo em ambientes naturais complexos, é possível implementar ações que ampliem o acesso sem comprometer a conservação ambiental. No entanto, a efetividade depende da integração entre as seis dimensões, indo além da infraestrutura física. Assim, compreender a acessibilidade sob um olhar multidimensional é essencial para analisar a realidade do Parque Estadual do Ibitipoca, para propor caminhos para um turismo de natureza mais inclusivo e sustentável.

#### **4. Notas sobre o turismo acessível**

O turismo é um direito social e cultural reconhecido por leis e políticas públicas, sendo cada vez mais compreendido como um vetor de inclusão e cidadania. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura o direito ao lazer e à mobilidade, enquanto a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) determina que ambientes turísticos devem garantir acessibilidade plena. “A acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias.” (Sassaki, 2009, p. 45)

A acessibilidade no turismo, portanto, vai além das rampas e elevadores, sendo um conceito abrangente que envolve comunicação, atitudes, metodologia e instrumentos adequados. Ela deve ser entendida não apenas como adequação de espaços físicos, mas como um conjunto de condições que permitam a participação segura e autônoma de todas as pessoas. Garantir o direito ao turismo implica rever políticas, capacitar profissionais e envolver os usuários no processo de construção dos serviços turísticos. Sendo assim as políticas públicas apresenta um papel importante, pois entende-se que ela é “um conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade (...), são linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum” (Dias, 2003, p. 121).

Além disso, a acessibilidade deve ser vista como uma diretriz para o desenvolvimento turístico sustentável e democrático. Franco (2013) ressalta que o turismo inclusivo não deve ser apenas um nicho de mercado, mas um princípio ético e de justiça social. Isso significa integrar a acessibilidade aos processos decisórios, desde a concepção de um atrativo até sua operação cotidiana, considerando as especificidades e necessidades dos diferentes perfis de visitantes. Dessa forma, o

turismo acessível se consolida como uma condição indispensável para a efetivação do direito ao lazer e à mobilidade, exigindo o comprometimento de gestores públicos, iniciativa privada e sociedade civil.

Apesar dos desafios, existem diversos exemplos de boas práticas e políticas públicas que estão promovendo a acessibilidade no setor. Em nível global, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 2006, estabeleceu a importância da acessibilidade nos diferentes contextos, incluindo o turismo, e serviu como referência para a elaboração de políticas públicas e privadas no setor. No Brasil, o Ministério do Turismo tem promovido iniciativas que visam tornar os destinos turísticos mais inclusivos. O projeto "Turismo Acessível", por exemplo, tem como objetivo melhorar a infraestrutura turística em todo o país, com foco na adaptação de espaços e na capacitação de profissionais para atender melhor os turistas com deficiência. Segundo o mapeamento recente do Ministério do Turismo, alguns destinos brasileiros já implementaram medidas como rampas, banheiros adaptados, sinalização em braille, audioguias e atendimento especializado para tornar o turismo mais acessível. No entanto, o estudo destaca que 53,5 % dos turistas com deficiência deixaram de viajar por falta de acessibilidade, o que evidencia a urgência na capacitação de guias turísticos e equipes de atendimento para assegurar um serviço efetivo, sensível e inclusivo (MTur, 2023).

Além disso, a conscientização social sobre a importância da inclusão tem se intensificado nos últimos anos. Isso se reflete não apenas nas políticas públicas, mas também no comportamento das empresas que, cada vez mais, veem a acessibilidade como um valor agregado a seus serviços.

As novas tecnologias têm desempenhado um papel fundamental na promoção da acessibilidade no turismo. O uso de aplicativos, dispositivos de realidade aumentada e outras inovações tecnológicas tem se mostrado uma grande vantagem para as pessoas com deficiência, permitindo-lhes uma experiência mais rica e sem barreiras. A aplicação de tecnologias assistivas<sup>2</sup>, como aplicativos de tradução de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e sistemas de navegação para deficientes visuais, pode transformar a maneira como as pessoas interagem com os destinos turísticos, tornando-os mais inclusivos e acessíveis.

Apesar dos avanços, é necessário reconhecer que nem todos os destinos turísticos estão totalmente preparados para a implementação dessas tecnologias, e a desigualdade de acesso continua sendo um desafio. No entanto, o progresso já feito demonstra que o caminho para a acessibilidade no turismo é promissor, e as inovações tecnológicas podem ser um grande aliado na construção de um setor mais inclusivo.

Em síntese, os avanços nas infraestruturas turísticas, a capacitação de profissionais e o uso crescente de tecnologias assistivas são áreas que merecem reconhecimento no contexto da acessibilidade no turismo. A inclusão no turismo é um direito fundamental, e o compromisso contínuo com a eliminação sobretudo das barreiras físicas, atitudinais e tecnológicas pode transformar o setor

---

<sup>2</sup> Conforme a Lei Brasileira de Inclusão, 13.146 de julho de 2015, tecnologia assistiva é definida como produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que tenham como objetivo promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

em um espaço mais justo e acolhedor para todos.

## **5. Alguns apontamentos sobre o turismo e a acessibilidade em Unidades de Conservação (UC's)**

A acessibilidade no turismo vai além da construção de espaços físicos adaptados, ela envolve também a promoção de uma mentalidade inclusiva e a eliminação de barreiras sociais, culturais e tecnológicas que ainda persistem em muitas partes do mundo. “A possibilidade de poder viajar para qualquer parte sozinho ou acompanhado de amigos ou família, sem que haja nenhum tipo de discriminação, isto é, o produto turístico, seja ele qual for devendo ser facilitado a todos,

principalmente aos que têm necessidades especiais em relação à sua acessibilidade (Pereira, 2011, p. 45)”. Nos últimos anos, vários destinos turísticos têm investido significativamente na adequação de suas infraestruturas, com a implementação de rampas de acesso, banheiros adaptados, elevadores e sinalizações em braille. Isso representa um avanço considerável em termos de acessibilidade, garantindo que pessoas com qualquer tipo de deficiência possam acessar espaços públicos e privados. A implementação de acessibilidade nas infraestruturas não apenas facilita o deslocamento de pessoas com deficiência, mas também promove uma percepção mais inclusiva e acolhedora do turismo. “As áreas naturais protegidas representam um dos maiores desafios à acessibilidade, pois a conservação ambiental muitas vezes é utilizada como justificativa para a exclusão de pessoas com deficiência.” (Pelissari, 2011, p. 49).

A acessibilidade no turismo ainda é um campo em construção. A criação de legislações mais rigorosas, a implementação de novas tecnologias e a crescente conscientização sobre a importância da inclusão são fatores importantes para que o setor caminhe para uma maior equidade.

Além disso, é fundamental que a acessibilidade no turismo não seja vista apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade de inovação, diferenciação e ampliação do mercado. Para Deville (2011), o turismo acessível tem a capacidade de reconhecer que todas as pessoas podem usufruir dos equipamentos e serviços que o turismo oferece, proporcionando satisfação e qualidade com o intuito de incluir as pessoas com deficiência, mas lembrando que deve corresponder às necessidades e exigências que cada um possui.

De acordo com o IBGE, em 2022, cerca de 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade no Brasil tinham algum tipo de deficiência. Este dado evidencia a importância de se criar um ambiente turístico acessível, capaz de garantir a todos, independentemente das suas condições físicas, cognitivas ou sensoriais, a possibilidade de usufruir das experiências oferecidas pelo setor. No Brasil, o lazer é um direito social e está na constituição de 1988, em seu 6º, caput, artigo 7º, IV, artigo 217, § 3º, e no artigo 227, cabendo ao poder público incentivar e proporcionar o lazer como forma de promoção social do ser humano, inclusive aqueles com deficiência, o que reforça a necessidade de se pensar a acessibilidade em todas as esferas da sociedade, incluindo o turismo.

O turismo em unidades de conservação (UCs) no Brasil tem potencial para promover a conscientização ambiental e gerar benefícios econômicos, além de proporcionar lazer e educação para os visitantes. No entanto, quando se menciona a acessibilidade nas unidades de conservação surgem

desafios significativos para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas ou sensoriais, possam desfrutar plenamente desses espaços. São eles: infraestrutura inadequada, falta de sinalização inclusiva, distâncias longas e terrenos difíceis, capacitação dos profissionais, entre outros. O Parque Estadual do Ibitipoca apresenta particularidades: apesar de sua alta atratividade e importância turística, não possui ainda um sistema integrado de acessibilidade. Algumas iniciativas pontuais foram identificadas, mas há carência de ações estruturadas em todas as dimensões propostas por Sasaki (2009). Para melhor compreender essa realidade, é importante comparar o caso de Ibitipoca com outras UCs no Brasil que desenvolveram boas práticas:

Unidade de conservação	Boas práticas implementadas	Resultados observados
Parque Nacional do Iguaçu (PR)	Transporte interno adaptado, trilhas pavimentadas, audioguias, placas em braille;	Amplo acesso de visitantes com deficiência, referência internacional;
Parque Nacional da Tijuca (RJ)	Trilha sensorial, placas interpretativas acessíveis, banheiros adaptados;	Experiência inclusiva para diferentes públicos;
Parque Nacional do Itatiaia (RJ/MG)	Passarelas adaptadas, trilhas curtas acessíveis, placas em braille;	Maior participação de idosos e pessoas com mobilidade reduzida;
Parque Nacional da Serra da Canastra (MG)	Trilhas adaptadas, sinalização acessível, projetos de inclusão local;	Valorização da comunidade e ampliação do acesso;
Município de Socorro (SP) – turismo acessível	Programas municipais integrados, infraestrutura urbana e natural adaptada.	Reconhecimento como destino modelo de acessibilidade no Brasil.

Fonte: elaboração própria a partir de dados secundários (2025).

Para amenizar e derrubar as barreiras existentes é preciso inovar, estudar e qualificar os espaços de Unidades de Conservação. Sendo assim, será possível a construção de trilhas adaptadas, com superfícies niveladas e adequadas para cadeirantes, bem como a instalação de passarelas, rampas e banheiros acessíveis, é fundamental para garantir o acesso amplo. A implementação de sinalização tátil, sonora e em braille pode contribuir para que as pessoas com deficiência visual se orientem com mais facilidade.

Para deficientes auditivos, placas com informações visuais e vídeos com legenda ou linguagem de sinais são importantes. Também é importante o treinamento da equipe existente e a contratação de guias treinados para lidar com visitantes com deficiências, que possam utilizar equipamentos como cadeiras de rodas motorizadas ou cadeiras de trilha, para poder proporcionar uma

experiência mais rica e inclusiva. Trabalhar com atividades específicas, como observação de aves ou educação ambiental, que podem ser adaptadas para atender a um público mais amplo, criando momentos de integração e aprendizado.

E, por fim, é importante também pensar na criação de sites e aplicativos de UCs com versões acessíveis, como leitor de tela e tradução em Libras (Língua Brasileira de Sinais), facilitando o planejamento de visitas por parte de pessoas com deficiência. Algumas Unidades de Conservação já possuem boas práticas de acessibilidade e podem ser citadas como exemplo a seguir, uma delas é o Parque Nacional da Serra da Canastra (MG): Este parque trabalha na implementação de trilhas com sinalização acessível e infraestrutura adaptada para pessoas com deficiência. Em suma, a acessibilidade no turismo em unidades de conservação é uma questão fundamental para garantir que todos possam ter o direito de vivenciar as belezas e os benefícios da natureza, respeitando a diversidade e promovendo a inclusão social. O turismo em Unidades de Conservação (UCs) deve articular os princípios de preservação da biodiversidade com a democratização do acesso à natureza. No entanto, em grande parte dessas áreas, a ausência de planejamento voltado à acessibilidade ainda constitui uma barreira.

## **6. Aspectos metodológicos da pesquisa**

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, voltada à análise das condições de acessibilidade no Parque Estadual do Ibitipoca, com base no referencial teórico das seis dimensões da acessibilidade propostas por Sasaki (2009) e por trabalhos ligados à acessibilidade e pessoas com deficiência. A pesquisa qualitativa permite compreender, interpretar e aprofundar a realidade estudada, considerando a subjetividade, os discursos e as percepções dos envolvidos. Essa abordagem é especialmente pertinente quando se busca compreender significados, processos e relações sociais que não são quantificáveis, como as experiências de pessoas com deficiência em espaços turísticos. O tipo de pesquisa adotado é o estudo de caso, uma vez que o foco está em um objeto específico, o Parque Estadual do Ibitipoca, permitindo uma investigação aprofundada sobre seus desafios e potencialidades em relação à acessibilidade.

Quanto às técnicas de coleta de dados, foram utilizadas três estratégias principais: análise documental, entrevistas semiestruturadas e visita (*in loco*) com registro sistematizado. O conjunto de técnicas foi realizado no dia 12 de setembro de 2024, durou por volta de 5h e foram visitados os seguintes locais: Portaria principal, a área receptiva com as estruturas de banheiros, bancos e um pequeno comércio e das trilhas, o circuito das águas uma das trilhas de maior visitação.

As entrevistas foram realizadas com dois profissionais diretamente ligados à gestão da unidade de conservação: um representante do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG) e um da empresa Parquetur, responsável pela concessão. O critério de escolha desses entrevistados justifica-se por sua relação direta com a gestão do parque, oferecendo diferentes perspectivas institucionais: a pública e a privada. Além disso, participaram do processo professores e estudantes universitários. A inclusão desses sujeitos justifica-se pelo papel estratégico que

desempenham: os estudantes por representarem os futuros profissionais que atuarão no campo do turismo e da gestão ambiental, e os professores por serem os responsáveis pela formação crítica e técnica desses profissionais. As entrevistas foram realizadas presencialmente, gravadas em áudio com consentimento dos participantes e posteriormente transcritas. Utilizou-se um roteiro semi estruturado, que permitiu combinar perguntas previamente elaboradas com a flexibilidade para explorar aspectos emergentes durante a interação. As questões foram orientadas pelas seis dimensões de acessibilidade propostas por Sassaki (2009), as quais também nortearam a definição das categorias de análise: acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

A visita técnica contou com a participação de professores e estudantes universitários, ocasião em que foram registrados aspectos relativos ao tema por meio de anotações em diário de campo e registros fotográficos. O foco da observação foi identificar elementos relacionados à acessibilidade física, comunicacional, atitudinal e operacional, considerando infraestrutura, sinalização, interações e práticas de atendimento.

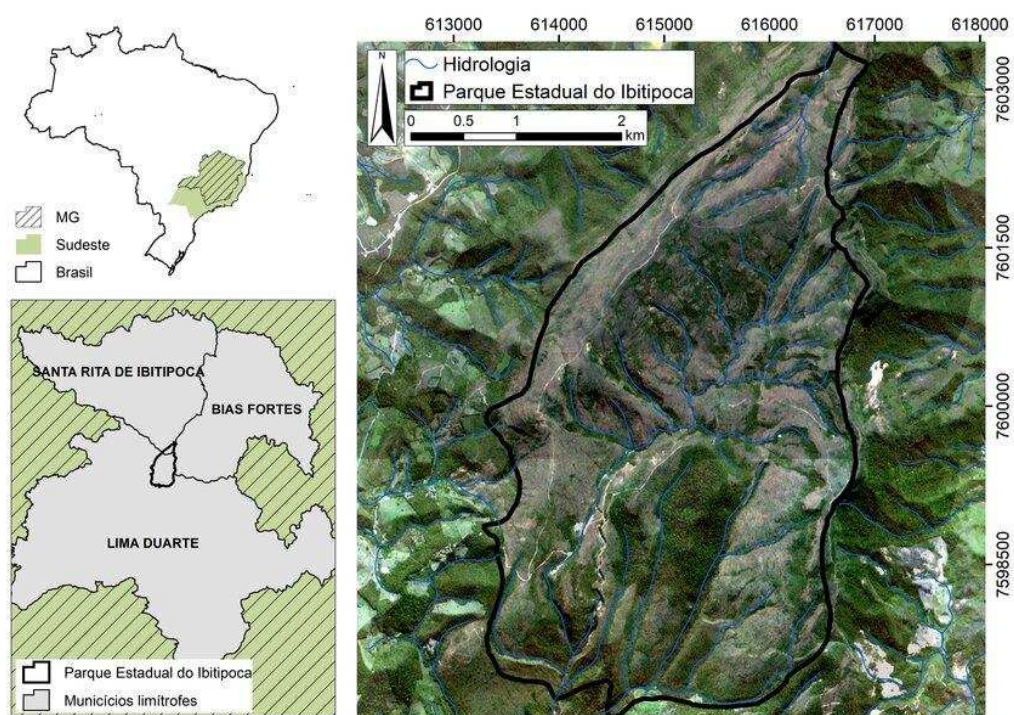
A análise documental envolveu o estudo de diferentes fontes: Plano de Manejo do Parque Estadual do Ibitipoca (IEF-MG), cartilha de Boas Práticas da Parquetur, contrato de concessão entre o Estado de Minas Gerais e a Parquetur, normas técnicas da ABNT sobre acessibilidade (especialmente a NBR 9050/2020), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), conteúdos do site oficial da Parquetur, materiais promocionais da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult-MG) e dados estatísticos do IBGE. Essa análise buscou compreender não apenas a dimensão programática da acessibilidade, mas também apreender como as demais dimensões se encontram dispostas nas diretrizes da unidade de conservação.

Por fim, é importante reconhecer as limitações metodológicas deste estudo. A realização de apenas um dia de trabalho de campo restringiu a observação de práticas que podem variar em diferentes períodos ou condições de visitação. Da mesma forma, a quantidade reduzida de entrevistas não permite generalizações, mas sim uma compreensão aprofundada das percepções dos sujeitos diretamente envolvidos. Ainda, o fato de os estudantes e professores participantes não representarem o público visitante em geral constitui um recorte específico, mais voltado à formação acadêmica. Essas limitações, entretanto, não comprometem a validade da pesquisa, mas indicam caminhos para estudos futuros, como a ampliação da amostra de entrevistados e o acompanhamento longitudinal das práticas de acessibilidade no parque.

## **7. Locus do estudo: Parque Estadual do Ibitipoca, Lima Duarte/MG**

O Parque Estadual do Ibitipoca, localizado no município de Lima Duarte, Minas Gerais, é uma das unidades de conservação mais visitadas do estado, recebendo anualmente milhares de turistas atraídos por suas paisagens exuberantes, trilhas, cachoeiras e formações rochosas singulares. Criado oficialmente em 1973, o parque possui cerca de 1.488 hectares e integra o conjunto da Serra da Mantiqueira, sendo uma importante área de proteção ambiental e de biodiversidade do bioma Mata Atlântica (IEF, 2021). Sua relevância se deve tanto ao valor ecológico quanto à oferta de experiências

de ecoturismo e contemplação da natureza. O relevo do Parque Estadual do Ibitipoca é caracterizado por serras, vales profundos e trilhas de alta complexidade. Esse fator, embora contribua para a beleza cênica do parque, apresenta desafios significativos para visitantes com mobilidade reduzida.



Fonte: Theresa Rocco Pereira Barbosa. Localização do Parque Estadual do Ibitipoca. Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-do-Parque-Estadual-do-Ibitipoca\\_fig10\\_336663868](https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-do-Parque-Estadual-do-Ibitipoca_fig10_336663868).

Estudos apontam que o perfil predominante dos visitantes é composto por jovens e adultos com ensino superior completo ou em andamento, com faixa etária entre 25 e 45 anos, residentes em grandes centros urbanos como Juiz de Fora, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo (Pereira et al., 2019). Essa característica reflete uma demanda por experiências autênticas em ambientes naturais e o crescente interesse por atividades sustentáveis.

Com o crescimento do fluxo turístico, especialmente a partir da década de 1990, surgiram desafios relacionados à sustentabilidade da visitação e à preservação ambiental. Para lidar com essas questões, o Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), responsável pela gestão da unidade, estabeleceu uma série de regras para acesso, como o limite diário de visitantes e a necessidade de agendamento prévio. Segundo Pereira et al. (2019), essa estratégia visa equilibrar a experiência turística com a capacidade de suporte ambiental, evitando impactos negativos em trilhas e nascentes.

As unidades de conservação (UCs) são espaços territoriais legalmente protegidos, com objetivos de conservação da natureza, regulamentados por um conjunto de normas específicas. No Brasil, o arcabouço legal das UCs está estruturado na Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Os instrumentos legais abrangem aspectos como o uso público, zoneamento, plano de manejo, participação social e fiscalização, sendo fundamentais para assegurar que as atividades turísticas e outras formas de uso estejam alinhadas com os princípios da preservação ambiental e da sustentabilidade. No caso do turismo em áreas naturais,

os protocolos das UCs determinam limites e possibilidades para a visitação pública, buscando equilibrar o acesso com a proteção dos ecossistemas. Documentos, como planos de manejo são centrais nesse processo, pois definem as áreas permitidas para visitação, as regras de conduta, os tipos de atividades permitidas, bem como normas de acessibilidade, segurança e educação ambiental. A ausência de uma análise ou aplicação rigorosa desses protocolos pode comprometer tanto a conservação ambiental quanto a experiência do visitante, além de negligenciar diretrizes inclusivas, como as relacionadas à acessibilidade. Portanto, uma abordagem crítica sobre esses documentos é essencial para compreender como as UCs vêm incorporando (ou não) práticas de gestão mais inclusivas e sustentáveis.

Essa legislação define as categorias de unidades, incluindo o Parque Estadual, e estabelece diretrizes para o uso público, pesquisa científica, educação ambiental e participação comunitária (BRASIL, 2000). O Parque Estadual do Ibitipoca se enquadra na categoria de proteção integral, o que significa que seus principais objetivos são a preservação dos ecossistemas e a promoção de atividades sustentáveis e educativas, como o ecoturismo.

O plano de manejo é um dos instrumentos fundamentais de gestão das UCs previsto no SNUC. Ele define o zoneamento interno da área, os objetivos de conservação específicos, as regras de visitação, as atividades permitidas e as estratégias de manejo. No caso do Parque Estadual do Ibitipoca, o plano de manejo em vigor delimita as áreas de uso intensivo, uso extensivo, zonas de preservação e recuperação, o que influencia diretamente nas trilhas acessíveis e na implementação de estruturas para pessoas com deficiência. Como destaca Medeiros (2018), o plano de manejo deve ser continuamente revisado para incorporar práticas inclusivas e compatíveis com o direito à acessibilidade. Com a crescente demanda por melhorias na infraestrutura e serviços nas UCs, surgiu a possibilidade de concessão de determinados serviços à iniciativa privada, sempre sob a supervisão e as diretrizes dos órgãos ambientais.

No caso do Ibitipoca, a gestão dos serviços turísticos foi concedida à empresa Parquetur, especializada em operar unidades de conservação com foco em sustentabilidade, inovação e inclusão. A concessão, que não abrange a gestão ambiental (ainda responsabilidade do IEF-MG), visa modernizar os serviços, oferecer experiências de visitação mais qualificadas e ampliar a acessibilidade (PARQUETUR, 2021).

Já o plano de concessão da Parquetur inclui ações específicas para acessibilidade, como a aquisição das cadeiras adaptadas Julietti's, a capacitação de condutores para o atendimento a pessoas com deficiência, e a instalação de sinalização interpretativa ao longo das trilhas. No entanto, ainda há desafios quanto à acessibilidade comunicacional e digital, pois nem todas as informações estão disponíveis em formatos acessíveis, como Libras ou textos alternativos para pessoas com deficiência visual. Além disso, a participação da sociedade civil e de pessoas com deficiência nos processos de decisão e monitoramento da concessão é um ponto a ser fortalecido, em consonância com o que prevê o SNUC e a Lei Brasileira de Inclusão.

Portanto, o Parque Estadual do Ibitipoca representa um exemplo da articulação entre os marcos legais de conservação, como o SNUC e os planos de manejo, e as inovações na gestão por

meio das concessões. Como afirma Oliveira (2020), para que o turismo em áreas naturais seja verdadeiramente inclusivo, é necessário que a acessibilidade seja incorporada desde o planejamento legal e técnico, não apenas como uma exigência normativa, mas como um compromisso ético com os princípios de equidade, participação e justiça social.

## **8. Discussão dos Resultados**

A partir da análise de uma entrevista, estudo do campo e documentos institucionais, foi possível verificar que o Parque Estadual do Ibitipoca apresenta iniciativas pontuais de inclusão, mas ainda carece de uma abordagem integrada e sistêmica das seis dimensões da acessibilidade definidas por Sasaki (2009): física, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Optamos por discutir os resultados apreendidos sempre tomando base na proposta multidimensional da acessibilidade, lançando esse olhar aos resultados obtidos junto a cada técnica de coleta de dados.

### **8.1. Percepções a partir da análise documental: Os primeiros passos da acessibilidade na UC**

A análise de documentos institucionais, especialmente o plano de manejo e materiais de divulgação oficial do parque, permitiu identificar diretrizes que contemplam a acessibilidade de forma ainda incipiente. Foram mencionadas melhorias na infraestrutura física, como rampas de acesso, banheiros adaptados e a aquisição de cadeiras Julietti, operadas por condutores capacitados. Contudo, não há evidência de um planejamento integrado que incorpore as seis dimensões de Sasaki (2009). A acessibilidade comunicacional, por exemplo, está ausente nos materiais oficiais: não foram encontrados conteúdos em libras, braile, audiodescrição ou recursos de leitura acessível no site ou na sinalização interna. O Mapa do Ibitipoca, amplamente divulgado aos visitantes, não indica informações sobre acessibilidade das trilhas ou das áreas do parque, dificultando o planejamento da visita por pessoas com deficiência, idosos ou famílias com crianças pequenas. Também não foram localizados registros sistemáticos de visitantes com deficiência ou relatórios de avaliação sobre inclusão.

A ausência dessas camadas aponta para uma lacuna estrutural no planejamento institucional, evidenciando que a acessibilidade ainda não está consolidada como um valor estratégico da gestão pública ou privada da unidade de conservação.

### **8.2. As entrevistas: avanços, mas reconhecimento das lacunas**

As entrevistas foram conduzidas junto a dois representantes da gestão do parque: o gestor A, que representou o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), e o gestor B, representante da empresa Parquetur, atual concessionária responsável pelos serviços turísticos. Ambos atuam em modelo de gestão compartilhada.

O objetivo das entrevistas foi compreender aspectos operacionais e estratégicos relacionados à acessibilidade e à inclusão, abordando temas como: diretrizes do Plano de Manejo; manutenção de infraestrutura e trilhas; atividades turísticas e educativas; equipamentos de apoio; desafios de segurança

e acessibilidade; e capacitação da equipe para atendimento a pessoas com deficiência.

Foi identificado um esforço inicial, como a instalação de banheiros adaptados e a oferta de cadeiras Julietti. No entanto, os entrevistados reconheceram os limites impostos pelo relevo acidentado do parque e pelas normas ambientais. Um dos gestores afirmou:

“Temos consciência de que ainda falta muito. A acessibilidade é uma demanda crescente, e estamos nos organizando para melhorar isso, mas é preciso viabilizar os projetos sem causar impacto ambiental.” (Gestor B, 2024)

Também foi destacada a ausência de protocolos formais de atendimento inclusivo e a necessidade de mais treinamentos e políticas permanentes. A fala evidencia que, embora haja intenção, a operacionalização da acessibilidade ainda depende de iniciativas pontuais e da vontade dos funcionários, o que limita sua efetividade. A falta de políticas institucionalizadas dificulta a implementação de uma gestão integrada da acessibilidade, conforme ressaltam Sasaki (2009) e Moreira (2008), para quem a inclusão requer ações sistêmicas e multidimensionais. Além disso, a efetividade da acessibilidade depende da articulação entre suas dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal (SASSAKI, 2009). Apesar de avanços pontuais no parque, a ausência de uma abordagem estruturada e contínua restringe a inclusão plena dos visitantes com deficiência, configurando um processo vulnerável e insuficiente para garantir uma experiência turística acessível.

### **8.3. A Visita *In Loco*: novas perspectivas**

A visita técnica foi promovida em parceria com a universidade. A metodologia incluiu o percurso das trilhas principais, o uso de serviços oferecidos aos visitantes e o registro, em diário de campo, de situações relacionadas às seis dimensões da acessibilidade.

Dimensão física (arquitetônica): Foram identificadas melhorias estruturais próximas à entrada do parque, como rampas, banheiros adaptados e áreas planas ao redor do centro de visitantes. No entanto, as trilhas naturais permanecem como obstáculos significativos, com trechos íngremes, estreitos e escorregadios. A presença das cadeiras adaptadas Julietti foi vista como um recurso positivo, mas seu uso depende de agendamento, logística específica e da atuação de monitores treinados. Durante o percurso, alguns discentes relataram surpresa ao constatar que, embora o parque seja referência turística, a acessibilidade ainda está restrita a pequenas áreas. Uma das estudantes comentou:

“Achei que teriam mais trilhas acessíveis. Dá uma sensação de que quem tem deficiência só pode usar uma parte muito limitada do parque.” (Estudante Y, 2024)

Associado ao disposto acima, importa destacar que as placas nas trilhas estavam em bom estado, porém todas em português e sem versões acessíveis (como libras, braille ou QR codes com audiodescrição). O site oficial também não apresenta compatibilidade com leitores de tela, nem recursos de acessibilidade digital. Essa dimensão foi especialmente debatida com os discentes após a visita. Muitos manifestaram inquietação ao perceber que a comunicação é uma barreira silenciosa,

mas crucial para garantir autonomia.

Quanto à dimensão atitudinal, apesar da ausência de um protocolo formal, os funcionários e condutores demonstraram receptividade e sensibilidade durante as interações. Alguns relataram experiências com visitantes com deficiência e demonstraram interesse em promover inclusão, mas apontaram a falta de capacitação contínua. Durante a roda de conversa no final da visita, esse tema gerou forte engajamento dos discentes, que destacaram que a boa vontade não é suficiente, é necessário profissionalizar o atendimento inclusivo. Como reforça Sasaki (2009), a atitude precisa ser cultivada de forma sistemática para produzir mudanças consistentes.

Especificamente no que tange às dimensões metodológica, instrumental e programática, essas três dimensões foram as menos evidentes. Não foram identificados projetos regulares de inclusão, como oficinas adaptadas, trilhas sensoriais ou materiais pedagógicos acessíveis. A programação inclusiva depende de parcerias esporádicas com instituições externas e não está integrada ao plano de manejo. Essa ausência gerou reflexões críticas no grupo discente, que percebeu o quanto a falta dessas ações afasta o público com deficiência de vivências ambientais completas. Um estudante comentou:

“Não é só o acesso físico. Falta pensar a experiência toda, como a pessoa vai se informar, aprender e participar das atividades.” (Estudante X, 2024)

A visita técnica ao Parque Estadual do Ibitipoca revelou um cenário de transição entre ações pontuais de acessibilidade e a necessidade urgente de um modelo de gestão mais sistêmico e estruturado. Há evidentes esforços da gestão e da concessionária, como a introdução de equipamentos específicos e a sensibilidade de alguns funcionários, mas ainda faltam políticas institucionais, formação contínua, tecnologias assistivas e envolvimento da comunidade local.

A análise do perfil do público visitante revelou ainda que o parque atrai majoritariamente pessoas jovens, com escolaridade elevada e afinidade com práticas de ecoturismo. Contudo, a presença de pessoas com deficiência ainda é tímida, o que pode ser explicado por barreiras estruturais e simbólicas, como a falta de informação acessível e o receio quanto à receptividade do espaço. Como argumenta Rodrigues e Liberato (2021), a inclusão no turismo vai além da infraestrutura: ela depende de políticas públicas efetivas, de comunicação clara e da formação de equipes capacitadas para acolher a diversidade humana com respeito e empatia.

O Parque Nacional do Iguaçu (PR), por exemplo, destaca-se por oferecer transporte interno adaptado, trilhas pavimentadas e acessíveis, banheiros adaptados, audioguias e sinalização tátil, promovendo uma experiência inclusiva mesmo em um ambiente de grande fluxo turístico e com áreas de proteção integral. Da mesma forma, o Parque Nacional da Tijuca (RJ) implantou a Trilha Sensorial e a Trilha do Cristo com recursos de acessibilidade, além de capacitar funcionários para o atendimento a públicos diversos. Esses exemplos demonstram que, mesmo em ambientes naturais complexos, é possível conciliar conservação ambiental com inclusão social. Ao contrastar essas práticas com a realidade observada em Ibitipoca, torna-se evidente a necessidade de maior investimento em infraestrutura adaptada, formação das equipes e políticas públicas que garantam o acesso pleno à natureza para todos.

Em síntese, a visita in loco revelou que o Parque Estadual do Ibitipoca encontra-se em uma fase de transição entre ações pontuais e a necessidade de estruturação sistêmica da acessibilidade. Há evidentes esforços da gestão e da concessionária, como a introdução de equipamentos e a preocupação com a inclusão física, mas ainda faltam políticas permanentes, formação de equipes, tecnologias assistivas e envolvimento da comunidade. Como destacam Liberato (2012) e Oliveira (2020), a efetivação do turismo acessível depende da incorporação da acessibilidade como valor estratégico na gestão pública e privada dos destinos, especialmente em áreas naturais, onde os desafios são maiores, mas as oportunidades de inclusão e transformação social também são profundas. Esses resultados empíricos reforçam a importância de aplicar as seis dimensões de Sasaki (2009) como diretriz para o planejamento turístico acessível em unidades de conservação, ampliando o direito ao lazer, à natureza e à cidadania para todas as pessoas.

## 9. Reflexões Finais

A presente pesquisa exploratória permitiu compreender de forma inicial como o Parque Estadual do Ibitipoca tem avançado na implementação de práticas voltadas à acessibilidade e à inclusão, especialmente após a concessão dos serviços turísticos à iniciativa privada. Com base nas seis dimensões da acessibilidade propostas por Sasaki (2009), foi possível identificar iniciativas pontuais voltadas à inclusão, como a introdução das cadeiras adaptadas Julietti's e a realização de alguns eventos com foco na acessibilidade. No entanto, observou-se a ausência de ações sistemáticas nas demais dimensões, sobretudo na acessibilidade comunicacional, atitudinal e digital. Esses resultados indicam que, embora haja sinais de avanço, o conceito de acessibilidade plena ainda não foi efetivamente incorporado ao planejamento da visitação, limitando o acesso autônomo e igualitário de pessoas com deficiência ao parque.

Quadro – Barreiras de acessibilidade no Parque Estadual do Ibitipoca e seus impactos

Dimensão / Barreira	Impactos práticos	Comparação com boas práticas em outras UCs
Arquitetônicas: Trilhas com elevado grau de dificuldade em função do relevo, com poucas adaptações. Rampas, passarelas e banheiros adaptados restritos a áreas próximas à entrada.	Visitantes: exclusão de atrativos principais; acesso restrito a áreas adaptadas.  Comunidade: limitação de oferta turística inclusiva.  Gestão: imagem de acessibilidade parcial, não integrada.	Parques como Iguaçu e Tijuca possuem trilhas adaptadas, transporte interno acessível e áreas de descanso planejadas.

<p>Comunicacionais: Ausência de sinalização em braille, audioguias e informações em Libras.</p>	<p>Visitantes: falta de autonomia, sobretudo pessoas com deficiência visual e auditiva.</p> <p>Comunidade: restrição de experiências guiadas e educativas inclusivas.</p> <p>Gestão: perda de credibilidade no discurso de inclusão.</p>	<p>Parques do Iguaçu e Itatiaia já oferecem sinalização tátil e recursos digitais acessíveis.</p>
<p>Atitudinais: Boa vontade dos funcionários, mas ausência de capacitação sistemática.</p>	<p>Visitantes: O atendimento depende do improviso e da sensibilidade individual.</p> <p>Comunidade: menor valorização da diversidade.</p> <p>Gestão: falta de padronização e protocolos compromete a qualidade do serviço.</p>	<p>Município de Socorro (SP) - turismo acessível: há capacitação continuada de condutores para atendimento inclusivo.</p>
<p>Programáticas: Plano de manejo menciona acessibilidade de forma genérica, sem metas ou indicadores de monitoramento.</p>	<p>Visitantes: experiências fragmentadas e não garantidas.</p> <p>Comunidade: exclusão de oportunidades em projetos estruturados.</p> <p>Gestão: incoerência entre discurso institucional e prática; perda de potenciais parcerias.</p>	<p>Tijuca e Iguaçu apresentam diretrizes claras e programas contínuos de acessibilidade em seus planos de gestão.</p>
<p>Metodológicas e Instrumentais: Ausência de materiais pedagógicos inclusivos e de equipamentos para trilhas longas.</p>	<p>Visitantes: participação limitada em atividades educativas e de longa duração.</p> <p>Comunidade: redução de oportunidades de envolvimento em projetos inclusivos.</p> <p>Gestão: dependência de soluções improvisadas (ex.: cadeira Julietti usada de forma pontual).</p>	<p>Em Iguaçu, trilhas sensoriais, materiais adaptados e equipamentos especializados fazem parte de programas regulares.</p>

Fonte: elaboração própria a partir de dados secundários (2025).

O estudo também evidenciou que a adoção do modelo de concessão, apesar de controverso em

alguns contextos, apresenta potencial para fomentar ações de acessibilidade, desde que estas estejam alinhadas aos princípios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e aos objetivos definidos no plano de manejo. Conforme Oliveira (2020), a concessão em áreas protegidas deve ser pensada como uma ferramenta de inovação social, e não apenas de eficiência operacional.

A aplicação das seis dimensões de Sasaki (2009) revela-se particularmente útil às unidades de conservação, uma vez que oferece um referencial prático para orientar gestores na identificação de barreiras e na construção de soluções integradas. Em vez de restringir-se a adaptações físicas pontuais, essa abordagem permite pensar a acessibilidade em uma lógica sistêmica, que articula comunicação inclusiva, capacitação de equipes, instrumentos pedagógicos e diretrizes programáticas claras, sempre em consonância com o plano de manejo e os princípios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Assim, as principais contribuições deste trabalho consistem em destacar a importância de uma abordagem integrada da acessibilidade no turismo de natureza e propor que a gestão de parques, públicos ou sob concessão, incorpore a acessibilidade como valor central de planejamento. A ampliação da inclusão depende de investimentos em tecnologias assistivas, comunicação acessível, formação continuada das equipes e participação ativa das pessoas com deficiência na construção das políticas de visitação. Como reforça Liberato (2012), a acessibilidade no turismo não deve ser vista como um diferencial, mas como um direito fundamental.

No que diz respeito às perspectivas de continuidade, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a avaliação da experiência de visitação de pessoas com deficiência no Parque do Ibitipoca, com foco em aspectos subjetivos, como sensação de pertencimento, autonomia e bem-estar. Outras linhas de investigação incluem estudos comparativos entre diferentes unidades de conservação, públicas e concedidas, capazes de gerar parâmetros nacionais de boas práticas, além de análises internacionais que possam oferecer inspiração de modelos consolidados de inclusão no turismo de natureza. Exemplos como o município de Socorro/SP, reconhecido por seu pioneirismo em acessibilidade turística, podem ser mobilizados como referência para adaptações inovadoras em ambientes naturais, conciliando diversidade de públicos, sustentabilidade ambiental e viabilidade econômica.

Adicionalmente, outros tipos de pesquisa, como análises etnográficas da visitação, observações *in loco* sob diferentes perspectivas de deficiência, e estudos sobre a eficácia de adaptações em distintos tipos de ambiente (trilhas, miradouros, áreas de banho, centros de visitantes), podem ampliar a compreensão sobre como a acessibilidade se materializa no cotidiano dos parques. O desafio da acessibilidade no turismo, portanto, é contínuo e multidimensional, exigindo o comprometimento de todos os atores sociais na construção de um turismo verdadeiramente inclusivo e para todos.

## **10. Referências**

ACESSIBILIDADE: DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 9050:2020.

ALBUQUERQUE, JUDITHE DA COSTA LEITE. Acessibilidade no Turismo. 2012. Trabalho de

Conclusão de Curso. Turismo.

ALMEIDA, D. P. NASCIMENTO, T. L. Percepção ambiental dos visitantes no Parque Estadual do Ibitipoca. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 13, n. 2, 2020.

ALMEIDA, SUELEN. Parque Estadual do Ibitipoca: Tudo sobre a acessibilidade do passeio. 2020. Disponível em: <https://viajecomacessibilidade.com.br/parque-estadual-do-ibitipoca-acessibilidade/>. Acesso em: 21 mai. 2025

BARRETO, MARGARITA. Planejamento e Organização em Turismo. Campinas, SP. Papyrus, 1991.

BENI, MÁRIO CARLOS. Análise estrutural do turismo. 6. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. Perfil do turista com deficiência: mapeamento do perfil do turista com deficiência. Brasília: MTur, 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Mapeamento de atrativos, empreendimentos, produtos e serviços de turismo acessível. Brasília: MTur/UNESCO, 2023.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Disponível em: [L9985](#) Acesso em: 15 mai. 2025

BRASIL, Lei Nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, [2015].

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada - CONSTITUIÇÃO DE 1988. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados](#) Acesso em: 16 dez. 2024.

CARVALHO, STELLA MARIA SOUSA. Acessibilidade do Turismo no Parque Nacional Serra da Capivara-PI. *Revista Turismo em Análise*, v. 23, n. 2, p. 437-463, 2012.

DA SILVA, GRISLAYNE GUEDES LOPES; DE SÁ TELES, REINALDO MIRANDA. Acessibilidade no Ecoturismo e Turismo de Aventura: atuação do poder público e privado. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 7, n. 2, 2014.

DEVILE, EUGÉNIA LIMA. O desenvolvimento do Turismo Acessível: dos argumentos sociais aos argumentos de mercado. *Revista Turismo e Desenvolvimento, Portugal*. v.11, 39-46. 2009.

DIEGUES, ANTONIO CARLOS. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1998.  
DOS SANTOS, CARLOS EDUARDO ROCHA ET AL. Acessibilidade digital em ambientes virtuais de aprendizagem: Uma revisão sistemática. *EAD em Foco*, v. 11, n. 1, 2021.

FORESTI, T.; BARBARÁ DA SILVA BOUSFIELD, A. A compreensão da deficiência a partir das teorias dos modelos médico e social. *Psicologia Política*. vol. 22. n.55. pp. 654-667. 2022.

FERREIRA, L. R.; LIMA, J. P. Acessibilidade em áreas naturais: desafios e perspectivas em parques brasileiros. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 15, n. 3, 2022.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, SÉRGIO L. B. Turismo acessível: estudo da inclusão social nos equipamentos turísticos do Brasil. *Revista Rosa dos Ventos*, v. 5, n. 1, 2013.

HULGADO HOLANDA, ELISABETE; CERANTOLA DE MATTOS, CÉLIA; NASCIMENTO GOMES, BEATRIZ. Turismo acessível em áreas naturais: Educação ambiental e inclusiva. Revista Turismo & Desenvolvimento (RT&D)/Journal of Tourism & Development, v. 2, n. 36, 2021.

IEF – INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. Plano de Manejo do Parque Estadual do Ibitipoca. Belo Horizonte: IEF, 2021.

ICMBIO. Concessões em unidades de conservação: guia prático para gestores. Brasília: ICMBio, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). População residente por tipo de deficiência permanente. Disponível em: [Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil | IBGE](#) Acesso em: 10 jan. 2025.

JULIANO, TIAGO. A acessibilidade na concessão de serviços de uso público em parques nacionais brasileiros Accessibility in the concession of public use services in Brazilian National Parks.

LIBERATO, MARCOS. Turismo acessível: segmentação ou inclusão? São Paulo: Senac, 2012.

MACEDO, CÁTIA; SOUSA, BRUNO. A acessibilidade no etourism: um estudo na ótica das pessoas portadoras de necessidades especiais. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, v. 17, n. 4, p. 709-723, 2019.

MEDEIROS, RODRIGO. Desenvolvimento do ecoturismo em Unidades de Conservação. Curitiba: Fundação O Boticário, 2006.

MEDEIROS, RODRIGO. Plano de manejo participativo: um instrumento de democratização da gestão ambiental. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2018.

NEVES DA SILVA BAMPI, L.; GUILHEM, D.; DORNELLES ALVES, E. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. Artigo de Revisão, Rev. Latino-Am. Enfermagem 18 (4), Ago 2010.

OLIVEIRA, T. R. Turismo em unidades de conservação: gestão, acessibilidade e inclusão. Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 13, n. 2, 2020.

OLIVER M. The Politics of Disablement. London: MacMillan; 1990.

PARQUETUR. Plano de Concessão e Manual de Acessibilidade dos Parques. 2021.

PEIXOTO, NUNO; NEUMANN, PETER. Fatores de Sucesso e Propostas de Ações para implementar o "Turismo para Todos". Relevância Econômico-social. In: Revista Turismo & Desenvolvimento. Portugal. v.11, 147-154, 2009.

PELLISARI, ROSANGELA. Turismo e acessibilidade: limites e possibilidades da inclusão em ambientes naturais. Revista Turismo & Sociedade, v. 4, n. 2, 2011.

PEREIRA. MARINA ALEXANDRA MACHADO PEREIRA. Turismo acessível para todos: o caso específico de Fátima. 2011. 207f. Dissertação (Mestrado) Gestão de Organizações Turísticas na Universidade do Algarve. Leiria 2011 p. 37-44.

PEREIRA, C. M.; SANTOS, J. R.; ALMEIDA, M. C. Gestão do uso público em unidades de conservação: o caso do Parque Estadual do Ibitipoca. Revista Mineira de Turismo, v. 15, n. 1, 2019.

RODRIGUES, T. M.; LIBERATO, M. D. Turismo, exclusão e acessibilidade: quem frequenta os parques naturais no Brasil? Revista Turismo & Sociedade, v. 12, n. 2, 2021.

SANTOS, M. R. FRANÇA, L. A. Acessibilidade e inclusão em parques naturais: estudo de caso do Parque Estadual do Ibitipoca. Revista Inclusão & Sociedade, v. 5, n. 1, 2023.

SASSAKI, ROMEU KAZUMI. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, ROMEU KAZUMI. Terminologia sobre a deficiência na era da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, v.5, n.25, p.5-14. 2002.

SASSAKI, ROMEU KAZUMI. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SERPA, ANA BEATRIZ BORGES. Acessibilidade para pessoas com deficiência e inclusão social no turismo: a experiência da cidade de Socorro–SP. 2016.

SOARES, J. R. R.; SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, M. D. Turismo acessível para todos: um estudo de caso em Cambre - Espanha. In: VANZELLA, E.; BRAMBILLA, A.; SILVA, M. F. DA. Turismo e Hotelaria no Contexto da Acessibilidade. João Pessoa: CCTA, 2018.